

Organização da informação

Textos didáticos

Glória I. Sattamini Ferreira
Martha E. K. Kling Bonotto
Organizadoras



SÉRIE GRADUAÇÃO

© dos autores

1ª edição: 2020

Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa e projeto gráfico: Carla M. Luzzatto
Revisão: Jeferson Mello Rocha
Revisão editorial: Marleni Nascimento Matte
Editoração eletrônica: Clarissa Felkl Prevedello



O68 Organização da informação: textos didáticos [recurso eletrônico] / organizadoras Glória I. Sattamini Ferreira [e] Martha E. K. Kling Bonotto . – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020.
88 p.: pdf

(Série Graduação)

1. Biblioteconomia. 2. Ciência da Informação. 3. Organização da informação. 4. Recuperação da informação. 5. Classificação Decimal de Dewey. 6. Classificação Decimal Universal. 7. Indexação. 8. RDA (Resource Description and Access). 9. Normalização. 10. Modelos conceituais. I. Ferreira, Glória I. Sattamini. II. Bonotto, Martha E. K. Kling. III. Série.

CDU 025.4

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin– Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-65-5725-028-0

RDA

(Resource Description and Access)

Helen Rose Flores de Flores

RDA (*Resource Description and Access*) passou a ser uma sigla frequente no vocabulário dos bibliotecários nos últimos anos, mas se observam na literatura versões diferentes de sua tradução, como “descrição de recursos e acesso”, “descrição e acesso de recursos” e “descrição do recurso e acesso”. Contudo, para este trabalho, será adotada a expressão usada por Antonio Agenor Briquet de Lemos ao traduzir para o português o livro *Introdução à RDA*, de Chris Oliver: “Recursos: descrição e acesso”.

Um dos primeiros documentos disponíveis em português sobre a RDA foi um folder traduzido pela professora Lídia Alvarenga, da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em que se destacava o título “O código de catalogação para o século XXI” (2014): título eloquente que traduzia ao mesmo tempo a proposta de seus idealizadores e um anseio da comunidade biblioteconômica, que há muito aguardava um código que refletisse não somente as mudanças tecnológicas e suas possibilidades de armazenamento, recuperação e acesso, mas também aquelas decorrentes da evolução das bibliotecas e de sua estrutura de trabalho. O folder além de informações básicas e consistentes descrevia as vantagens de usar o RDA:

A nova realidade digital presente com a *Web* levou a uma nova abordagem, tendo como princípio norteador o foco nos usuários e suas necessidades na obtenção da informação. Neste cenário, uma revisão para ir ao encontro das novas necessidades conceituais e formais da descrição bibliográfica era necessária, não sendo possível apenas uma revisão de regras existentes já estabelecidas nas AACR2 (Silva, 2012, p. 114).

Entendendo que uma revisão das regras existentes não era suficiente para adequá-las ao presente e ao futuro, surgiu por parte da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) a proposta de revisão dos Princípios de Paris (1961), que nortearam o CCAA2.

O processo foi desenvolvido da seguinte maneira: após estudos realizados por especialistas em catalogação foi realizado o ‘1º Encontro de Especialistas sobre um Código de Catalogação Internacional’, em Frankfurt, em 2003. Nesse evento, os Princípios de Paris, 1961, foram revistos e atualizados, resultando em um documento preliminar denominado International Principles of Cataloguing, traduzido em Portugal, com o título: Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação (2003) (Corrêa, 2008, p. 36).

A RDA foi desenvolvida pelo Joint Steering Committee (JSC), formado por representantes das seguintes entidades: American Library Association, Australian Committee on Cataloguing, British Library, Canadian Committee on Cataloguing, Chartered Institute of Library and Information Professionals (CILIP) e Library of Congress. O projeto foi supervisionado pelo Committee of Principals (CoP), cujos membros representavam: American Library Association, Canadian Library Association, Chartered Institute of Library and Information Professionals (CILIP), Library of Congress, Library and Archives Canada, British Library e National Library of Australia.

Apesar de manter uma ligação com o Código de Catalogação Anglo-americano 2ª edição (CCAA2), cuja edição revisada foi publicada em 2002 e traduzida para o português em 2005, a RDA

é uma norma de conteúdo e não de formato, o que inicialmente pode causar estranheza para os bibliotecários acostumados com o CCAA2 que trazia regras sobre como apresentar as informações para descrever um item. Segundo Corrêa (2009), encontramos na literatura a indicação da adoção de um padrão internacional para a descrição bibliográfica, sendo a *International Standard Bibliographic Description* (ISBD) a mais citada, visto que contempla os elementos da descrição, apresentação e pontuação já consagrados.

Diferente do CCAA2, entretanto, a RDA é baseada em uma estrutura teórica que, segundo Oliver (2011), define a forma, a estrutura e o conteúdo dessa nova norma. Essa estrutura teórica foi fornecida por dois modelos conceituais:

- *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR) – Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos: resultante das discussões de um grupo de estudos da IFLA que trabalhou de 1992 a 1997 e que publicou suas considerações finais em 1998;

- *Functional Requirements for Authority Data* (FRAD) – Requisitos Funcionais para Registros de Autoridade: os estudos tiveram origem em 1998, a partir das recomendações finais sobre os FRBR. Em 1999, é estabelecido o Working Group on Functional Requirements and Numbering of Authority Records (FRANAR), onde aconteceram as discussões que culminaram com a publicação de um rascunho em 2007 e de um relatório final em 2009.

O documento publicado pela IFLA em 1998 que tratava dos FRBR também trazia o que chamou de “tarefas do usuário”, abaixo descritas, com o objetivo de direcionar o olhar dos desenvolvedores de futuros códigos para a visão do usuário:

- *Encontrar* materiais que correspondam aos critérios estabelecidos para a busca do usuário;
- *Identificar* uma entidade, a partir dos dados recuperados – confirmar que a entidade descrita corresponde à entidade procurada, ou para distinguir entre duas ou mais entidades com nomes similares etc.;
- *Selecionar* uma entidade adequada às necessidades do usuário;
- *Adquirir* ou *obter* acesso à entidade descrita.

Moreno e Arellano (2005, p. 22) colocam: “Parece-nos, portanto, que o foco da representação descritiva sempre se deu a partir das necessidades do usuário-meio, quais sejam, o bibliotecário, e não sob a perspectiva do usuário-fim.” A partir da adoção desse modelo, foram estabelecidos conceitos para as funções “entidades”, “atributos” e “relacionamentos”, a serem adotados com a finalidade de facilitar o entendimento dessas funções. Conforme Moreno e Arellano (2005, p. 26-27):

- *Entidade*: uma ‘coisa’ ou um ‘objeto’ no mundo real que pode ser identificada de forma unívoca em relação a todos os outros objetos. Uma entidade pode ser concreta ou abstrata.
- *Atributos*: as diversas características que um tipo de entidade possui, ou propriedades descritivas de cada membro de um conjunto de entidades.
- *Relacionamento*: uma associação entre uma ou várias entidades.

São entidades dos FRBR:

- *Obra*: uma criação intelectual ou artística distinta, ou seja, o conteúdo intelectual em si, independentemente de seu suporte ou de sua forma.

- *Expressão*: a realização intelectual ou artística de uma *obra*, ou seja, a forma como se expressa o conteúdo intelectual. A expressão compreende traduções, interpretações de uma obra musical determinada, entre outras possibilidades.
- *Manifestação*: a materialização física de uma *expressão* de uma *obra*. Ou seja, a representação de todos os objetos físicos que possuem as mesmas características, tanto de conteúdo intelectual como de forma física.
- *Item*: exemplificação única de uma *manifestação*; ou seja, o objeto físico que permite ao usuário acessar o conteúdo intelectual ou artístico de uma *expressão* e de uma *obra*.

São justamente os relacionamentos entre as entidades que completam a estrutura sobre a qual serão desenvolvidas as normas futuras.

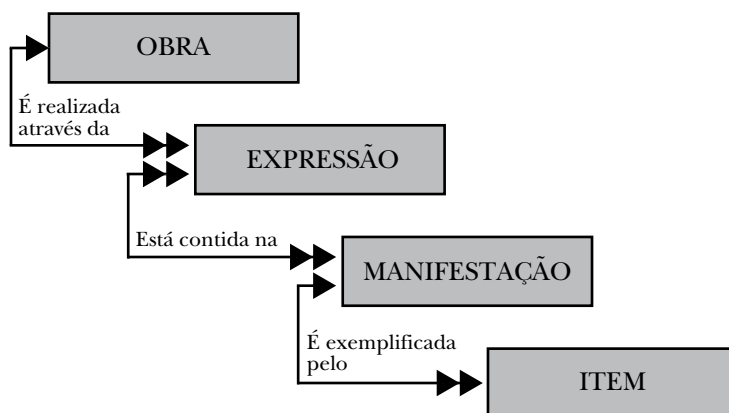


FIGURA 1 – ENTIDADES DO GRUPO 1 E RELAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS PRIMÁRIAS

Fonte: FRBR, traduzido por Mey (1999) *apud* Moreno e Arellano (2005).¹

Além dos modelos conceituais FRBR e FRAD já mencionados, foi publicado em 2010 o documento final sobre o *Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD)*, ou Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade de Assunto (ou Dados Autorizados de Assunto), modelo que completa a base teórica para o estabelecimento dos dados de autoridade.

A base teórica fornecida pelos Requisitos Funcionais foi desenvolvida não somente para a RDA, mas para qualquer código futuro. Teve como origem o modelo Entidade-Relacionamento oriundo da Ciência da Computação, e a adoção desse conceito teve como objetivo melhorar o *design* das bases de dados relacionais, trazendo a possibilidade de estabelecer relacionamentos entre os recursos, decorrentes da aplicação da lógica desenvolvida para o ambiente digital.

Esta norma foi concebida com uma visão mais ampla do que a contemplada apenas no espaço físico da biblioteca, porque vai além e objetiva alcançar diversas áreas: arquivos, museus, repositórios digitais, etc. Essa interatividade de ambientes cria um número muito maior de metadados, dados esses que alimentam um sistema capaz de gerar um número sem fim de informações para a sociedade (Oliver, 2011).

¹ FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS. Grupo de estudos sobre Requisitos Funcionais para os Registros Bibliográficos. FRBR: relatório final. Tradução de Eliane Serrão Alves Mey. Documento não publicado.

Assim sendo, entende-se que a RDA reconhece que as bibliotecas operam em um ambiente digital que envolve não somente relações entre si, mas relações com criadores e usuários de metadados externos, e foi desenvolvida tendo em vista a possibilidade de interoperabilidade, ou seja, a integração dos registros bibliográficos da biblioteca com outros registros produzidos por diferentes comunidades produtoras de metadados.

Por esse motivo, durante o desenvolvimento da RDA, foram consultados os grupos de trabalho dos FRBR e FRAD. Além desses grupos, o JCS está também trabalhando com:

- Dublin Core e outras comunidades da *web* semântica, com o objetivo de estudar e alinhar os modelos conceituais e padrões usados por elas;
- Library of Congress Network Development Office e o MARC Standards Office, visando à compatibilidade do RDA com o MARC 21;
- IFLA Meeting of Experts on an International Cataloguing Code (IME ICC), responsável por revisar e atualizar os Princípios de Paris;
- publicadores em geral.

A RDA está sendo desenvolvida para ser adaptável, possibilitando a tradução e adequação de suas instruções para outros países, tendo em vista as necessidades locais e sem que se perca, no entanto, a ligação desses novos produtos com os propósitos iniciais.

Assim sendo, os termos ou expressões usadas na RDA devem ser compreensíveis não só no meio bibliotecário, mas por outras comunidades que poderão compartilhar os dados bibliográficos para outros fins, motivo pelo qual a terminologia adotada foi atualizada.

Tillett (2007) elaborou uma lista de termos equivalentes entre AACR2 e RDA, que chamou de “New Terminology”. A seguir encontra-se a tradução feita por Corrêa (2008):

AACR2	RDA
Cabeçalho	Ponto de acesso
Cabeçalho autorizado	Ponto de acesso autorizado
Entrada principal	Ponto de acesso/criador da obra
Entrada secundária	Ponto de acesso
Controle de autoridade	Controle do ponto de acesso
Título uniforme	Título preferencial – Nome da obra (inclui nome do criador, quando aplicável)

A obra Resource Description and Access (RDA) de 2011 está dividida em: *recording attributes* (registro de atributos) e *recording relationships* (registro de relações), e sua estrutura compreende:

Introdução

Atributos

Seção 1 – Atributos de manifestação e item.

Seção 2 – Atributos de obra e expressão.

Seção 3 – Atributos de pessoa, família e entidade coletiva.

Seção 4 – Atributos de conceito, objeto, evento e lugar.

Relacionamentos

Seção 5 – Relacionamentos primários entre uma obra, expressão, manifestação e item.

Seção 6 – Relacionamentos para pessoas, famílias e entidades coletivas associadas com um recurso.

Seção 7 – Relacionamentos de assuntos.

Seção 8 – Relacionamentos entre obras, expressões, manifestações e itens.

Seção 9 – Relacionamentos entre pessoas, famílias e entidades coletivas.

Seção 10 – Relacionamentos entre conceitos, objetos, eventos e lugares.

Apêndices

Apêndice A – Capitalização.

Apêndice B – Abreviaturas.

Apêndice C – Artigos iniciais.

Apêndice D – Sintaxe de registro para dados descritivos.

Apêndice E – Sintaxe de registro para dados de controle de pontos de acesso.

Apêndice F – Instruções adicionais sobre os nomes das pessoas.

Apêndice G – Títulos de nobreza, termos de posto etc.

Apêndice H – Datas no calendário cristão.

Apêndice I – Designadores de relacionamento: relacionamento entre um recurso e pessoas, famílias e entidades coletivas associadas ao recurso.

Apêndice J – Designadores de relacionamento: relacionamento entre obras, expressões, manifestações e itens.

Apêndice K – Designadores de relacionamento: relacionamento entre um recurso e pessoas, famílias e órgãos sociais.

Apêndice L – Designadores de relacionamento: relacionamento entre conceitos, objetos, eventos e lugares.

Observa-se a partir da estrutura mencionada anteriormente que, além da ênfase dada aos relacionamentos, estes estão indicados explicitamente no texto, salientando para o bibliotecário o quanto é necessário que o relacionamento entre os registros seja claro e lógico, de forma a enriquecer as possibilidades de recuperação das informações por parte dos usuários em suas buscas nos sistemas automatizados.

Para os profissionais responsáveis pela inclusão dos dados, a indicação de relacionamentos em determinadas situações e contextos servirá como guia para manutenção da consistência e coerência das informações nos catálogos.

A adoção de qualquer código, entretanto, não dispensa a necessidade do desenvolvimento de protocolos internos tanto para instituições individuais quanto para redes de bibliotecas, esclarecendo os parâmetros adotados.

Referências

CORRÊA, Rosa Maria Rodrigues; SANTOS, Plácida V. L. A. da Costa. *Catálogo: trajetória para um novo código internacional*. Niterói-RJ: Intertexto, 2009. 80 p.

CORRÊA, Rosa Maria Rodrigues; SANTOS, Plácida L. V. A. da Costa. *Catálogo descritiva no século XXI: um estudo sobre o RDA*. 2008. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista, campus Marília. Faculdade de Filosofia e Ciências. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Marília, 2008.

IFLA. *Study group on the functional requirements for bibliographic records: final report*. München: K. G. Saur, 1998.

MORENO, Fernanda Passini; ARELLANO, Miguel Ángel Márdero. Requisitos funcionais para registros bibliográficos. *Revista digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, v. 3, n. 1, p. 20-38, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/317>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

OLIVER, Chris. *Introdução à RDA: um guia básico*. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2011. 153 p.

RDA: resource description and access. [2007] Disponível em: <<http://www.rda-jsc.org/docs/rdabrochure-por.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

RESOURCE Description and Access (RDA). Chicago: ALA, 2011.

SILVA, Eliana Barboza de Oliveira. Conceituação e aplicação do novo padrão para descrição bibliográfica *Resource Description and Access (RDA)*. *CRB-8 Digital*, São Paulo, v. 1, n. 5, p. 113-123, jan. 2012. Disponível em: <<http://revista.crb8.org.br>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

TILLET, Barbara. *RDA: Resource Description and Access: the development of a new international cataloging code*. 2007. Disponível em: <<http://www.rda-jsc.org/docs/btmodena-20071213.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2014.